

## O PLEBISCITO

Raul Pilla

NENHUMA dúvida pôde já haver, quanto à natureza do regime que o general de Gaulle impôs à França. A princípio houve quem o apresentasse por salvador da democracia. E, verdadeiramente, êle evitou, por sua intervenção, a ocupação militar da metrópole, tal como ocorrera na Argélia. Não se estabeleceu a ditadura militar franca, ostensiva, mas, sob a tênue aparência de um governo constitucional gerado pela violência, a ditadura se está efetivamente exercendo.

Disto há sinais inequívocos. Bastaria um, se outros faltassem: a cassação da carteira profissional de um jornalista parisiense, correspondente de "O Estado de São Paulo", cujas análises não agradaram ao governo. A supressão da liberdade de crítica demonstra bem que o general de Gaulle, e os que por trás dêle se acham, não deixam opção ao país. Este não vai deliberar a respeito das suas novas instituições, embora, ensinado pela experiência recente, esteja nas melhores condições para o fazer. O que vai ter é uma constituição outorgada, não por um soberano, mas por um ditador. Este será o pecado original da novíssima República Francesa.

Mas o plebiscito não o apagará? Ora, não há quem desconheça a significação de semelhantes manifestações populares. Visam apenas a legitimação de um poder espúrio. São por isto, freqüentemente, um instrumento antidemocrático. No caso francês, patente é tal caráter.

A constituição que se vai dar à França é expressão do pensamento pessoal do general de Gaulle. A comissão nomeada pelo governo para emitir parecer a respeito do projeto é meramente consultiva. Das suas observações, êle aceitou apenas as que bem lhe pareceram.

Mas não haverá remédio no plebiscito? Se o povo francês pode dizer *sim*, poderá também dizer *não*. A esta resposta o conclamam alguns jornais, talvez mais democráticos, do que prudentes.

Mas êste não — perentório ou atenuado que seja — não é simplesmente não. Não é uma negativa presente, para uma opção futura. O que êle significará, nos termos em que o general de Gaulle pos a questão, é a ditadura militar sem rebuços, é a extensão, à França, do regime da Argélia. Não será uma deliberação livre, senão uma opção entre dois males inevitáveis.

É, com efeito, o que, com toda a clareza, o general de Gaulle disse aos franceses. Se não for aceita a sua constituição, êle irá para casa. Quer dizer, entregará o país à discrição dos militares rebeldes. Ou me aceitam ou será pior — é como se dissesse.

Haveria, em verdade, uma maneira de romper o dilema, um recurso muito da tradição dos franceses — a revolução. Mas revolução num país militarmente ocupado, revolução contra os formidáveis armamentos modernos, que, se servem para defender um povo, podem servir também para o dominar?